

JORNAL DO BRASIL O Brasil e o século XX

1.8 JAN 1993

SALOMÃO QUADROS*

Entre 1900 e 1992, a economia mundial tornou-se 15 vezes maior, crescendo a uma taxa média de 3% ao ano. Economicamente, porém, o século XX só começou em 1914, quando a Primeira Guerra pôs a pique a ordem liberal vigente ao longo de mais de cinco décadas. Daquela data até 1950, o crescimento econômico mundial não ultrapassou a marca de 2,1% ao ano, aquém dos 2,8% dos primeiros 14 anos do século. Duas guerras, hiperinflações, a Grande Depressão, além de outras catástrofes político-institucionais, impediram que a economia mundial registrasse melhor desempenho.

Em contraste, o renascimento econômico que se iniciou com a reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra foi marcado por um crescimento do produto global superior a 5% ao ano. Este florescimento econômico foi interrompido em 1973, com o primeiro choque do petróleo. Nos anos que se seguiram, a maior parte das nações industrializadas firmou preferência pelo combate à inflação. As políticas adotadas, bem-sucedidas nesse objetivo, desaceleraram a taxa de crescimento da economia mundial para pouco mais de 3% ao ano.

Nesses 92 anos, o Brasil andou mais rápido do que a maioria dos países. A taxa média de crescimento da economia brasileira durante o século XX tem sido ligeiramente inferior aos 5% anuais, percentagem que, acumulada, garantiu a multiplicação do PIB 80 vezes. Há 92 anos, o PIB per capita do Brasil correspondia à sexta parte do americano, a um quarto do alemão, a um terço do argentino, à metade do chileno e assemelhava-se ao chinês e ao india-

no. Todas estas proporções modificaram-se favoravelmente ao Brasil.

O crescimento da economia brasileira, longe de ter sido uniforme, acompanhou as flutuações do crescimento da economia mundial. Na primeira metade do século, o país cresceu 4,5% ao ano. Já nos 25 anos seguintes ao fim da Segunda Guerra, a taxa elevou-se para 7,5% ao ano, reduzindo-se para 5% ao ano nas duas décadas subsequentes.

A coincidência das flutuações, entretanto, nem sempre significou sintonia política ou de diretrizes econômicas com o resto do mundo. Ao início do século, a fisionomia institucional do Brasil ainda divergia pouco do paradigma europeu. O padrão ouro, a liberdade cambial, a presença maciça do investimento estrangeiro eram traços característicos da economia nacional.

Com a eclosão da crise de 1929, o Brasil e demais países da América Latina começaram um processo de descolamento da economia mundial. Em meados dos anos 30, o Brasil havia suspenso os pagamentos referentes a 90% de sua dívida externa. O volume de importações, restringidas pela escassez de câmbio, caíra à metade do que vigorava na década anterior. Substituí-las tornara-se imperativo. A proteção assim estabelecida à indústria doméstica, juntamente com a maior participação do estado em setores emergentes, manteve aquecida a economia brasileira, antes e durante a Segunda Guerra.

O gosto pela autarquia prolongou-se muito além do fim do conflito. O Brasil não acompanhou os cortes sucessivos que as nações mais avançadas promoveram nas tarifas alfandegárias e logo tornou-se um campeão do protecionismo. Embalado pelo pensamento estruturalista, montou uma

base industrial considerável que lhe possibilitou, mais à frente, adiar o ajustamento que os choques do petróleo impuseram. Quando as fontes externas de recursos estancaram, já nos anos 80, o crescimento econômico brasileiro foi finalmente suplantado pelo crescimento do resto do mundo.

A inércia das preferências políticas e a defasagem na correção de curso das opções econômicas talvez façam parte do caráter de um país dito retardatário. Ocorre que há vantagens em se estar nesta condição. A principal delas é a criação de potencial para avanços rápidos. Esta consideração, aparentemente simplista, tem sido matéria recorrente de estudo e encontrado comprovação empírica na maioria dos casos. A mecânica do processo, como se verá, é transparente.

Enquanto os países líderes do desenvolvimento mundial, por definição, evoluem expandindo a fronteira tecnológica, os retardatários, por natureza, abrigam inúmeros focos de obsolescência. Ao absorverem novos conhecimentos, mesmo que gerados no exterior, e atualizarem tecnologicamente seu estoque de capital, esses últimos suprimem alguns daqueles focos. Galgam, assim, patamares de produtividade mais depressa que os líderes. Tal é, em essência, o mecanismo de aceleração do crescimento. Esse mecanismo tende a arrefecer à medida que a defasagem tecnológica entre os dois grupos de países diminui.

Evidentemente, não basta ser atrasado para que um país retardatário candidate-se ao crescimento acelerado. Um pré-requisito essencial é aquilo que os estudiosos denominam "capacitação social". Por este con-

ceito, um tanto difuso, entende-se a síntese entre a competência técnica adquirida e o complexo de instituições políticas e econômicas que identificam uma nação. Para que o país concretize o potencial criado pelo retardo, a "capacitação social" precisa aliar-se a fatores macroeconômicos, entre eles o grau de abertura ao exterior, o qual facilita a difusão de conhecimentos.

Nas duas últimas décadas, as oportunidades de crescimento acelerado, reservadas ao "pelotão intermediário" de países foram intensamente aproveitadas pelos asiáticos, donos de incansável fôlego poupador. A Coreia do Sul, cujo PIB *per capita* há 20 anos, era superado pelo do Brasil em 40%, inverteu essa margem. Ultrapassagem equivalente foi conseguida por Taiwan. Nesse mesmo período, os países industrializados, particularmente os Estados Unidos, sofreram uma redução de 50% na taxa de crescimento da produtividade do trabalho, enquanto os países asiáticos, ao contrário, elevaram-na em quase 10%.

Os hiatos de renda *per capita* e de produtividade que, às vésperas do século 21, ainda separam o Brasil da vanguarda econômica internacional indicam que continua inexplorado um atraente potencial de crescimento acelerado. Filtradas as perturbações transitórias, notadamente as de origem política ou institucional que há tempos assolam o país, não há por que desacreditar daquilo que a história com frequência já mostrou: o encurtamento das distâncias econômicas entre países líderes e países retardatários. Nem há por que esperar que para isto o século 20 tenha que completar 100 anos.